



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

COMISSÃO DO TRABALHO
REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. Leo Prates)

"Requer a realização de audiência pública para discutir a questão dos entregadores do iFood".

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública, para discutir a crise deflagrada por entregadores do iFood e outras empresas do gênero. Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- **Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**
- **André Porto** – Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec)
- **Diego Barreto** – CEO do Grupo iFood no Brasil
- **JR Freitas** - Representante e Fundador da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (Anea)
- **Alessandro da Conceição**- Presidente da Associação de Motoboys Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (Amae-DF)

Justificação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Apresentação: 08/04/2025 14:29:37.120 - CTRAB

REQ n.22/2025

Entregadores de aplicativos de entrega de comida e outros serviços anunciaram uma paralisação de dois dias, no início de abril, em todo o Brasil. O movimento, denominado “Breque dos APPs”, é liderado por entregadores em São Paulo e conta com o apoio do Movimento VAT-SP e da Minha Sampa.

Os entregadores estariam exigindo um pagamento mínimo por entrega e por quilômetro rodado, com o estabelecimento de limites para entregas com bicicletas e o fim do agrupamento de corridas sem a devida compensação financeira.

Os entregadores argumentam que o modelo de trabalho atual é precarizado e explora o cansaço dos trabalhadores, destacando a semelhança entre suas condições e as de outros trabalhadores, como os familiares que enfrentam longas jornadas CLT, especialmente as mulheres.

Já pelo lado dos empregadores, a iFood contrargumenta alegando que todos os entregadores parceiros do iFood têm acesso a seguro pessoal gratuito para casos de acidentes durante as entregas, planos de saúde, programas de educação, além de apoio jurídico e psicológico para casos de discriminação, assédio ou agressão sofridos pelos profissionais de delivery.

Ao mesmo tempo, reforçam a importância de respeitar o funcionamento dos estabelecimentos parceiros e garantir a livre circulação de funcionários e da população em geral, conforme previsto na Constituição, sempre prezando por um ambiente seguro e livre de qualquer tipo de violência.

Constata-se, portanto, uma situação de crise que torna importante e fundamental seu debate neste Parlamento para que se possa melhor entender os lados distintos dessa questão e procurar soluções e um entendimento possível da situação do aspecto legislativo.

Sala de Sessões, em _____ de _____ de 2025

LEO PRATES
Deputado Federal PDT/BA

